



NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Debate Construtivo nas Negociações sobre Agricultura	1
Negociações sobre NAMA permanecem travadas	3
Negociações plurilaterais sobre serviços	5
NOTÍCIAS REGIONAIS	6
Negociações entre Mercosul e UE ficam em segundo plano	6
Carne Argentina: medidas sanitárias e restrições à exportação	7
BREVES MULTILATERAIS	9
Resultados da COP-8	9
Café e arroz podem ser objeto de demandas na OMC	9
BREVES REGIONAIS	10
Coréia do Sul interessada em negociar com Mercosul e Peru	10
EVENTOS	11
INFORMAÇÕES ÚTEIS	14
FIQUE DE OLHO!	15

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Debate Construtivo nas Negociações sobre Agricultura

A semana de negociações sobre a agricultura na OMC, realizada entre 20 e 24 de março, não trouxe grandes avanços nos principais tópicos relacionados a subsídios e tarifas - o que acabou por lançar dúvidas sobre a possibilidade de os Membros chegarem a um consenso sobre a estrutura de trabalho dentro do prazo previsto (fins de abril). Apesar disso, o presidente do grupo de negociação sobre agricultura, Embaixador Crawford Falconer, da Nova Zelândia, disse que as conversações foram melhores do que o esperado, pois os delegados comprometeram-se com a realização de um debate construtivo sobre diversas outras questões, dentre as quais a assistência alimentar, o tratamento destinado a "produtos sensíveis" e o Mecanismo Especial de Salvaguardas (MES).

Categorização da assistência alimentar

Em março, o Grupo de Países Africanos e o de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) apresentaram um documento sobre assistência alimentar (TN/AG/GEN/13). Seu objetivo, com isso, era sugerir formas pelas quais os fluxos de assistência alimentar para situações legítimas de emergência e não emergência seriam protegidos e se garantisse que a assistência alimentar não encorajará o ingresso exagerado de alimentos nem estimulará o deslocamento interno nos países recipientes. A Declaração Ministerial de Hong Kong (WT/MIN(05)/DEC) estabelece mandato para que os Membros regulamentem a concessão de assistência alimentar em espécie de forma que esta não se configure como brecha para a concessão de subsídios à exportação. A declaração também dispõe sobre a criação de uma "caixa de segurança" para assistência alimentar de boa fé para assegurar que não haja

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

nenhum impedimento imprevisto em situações de emergência.

Os patrocinadores do novo documento, muitos dos quais recebem assistência alimentar, reiteraram que as novas regras não devem impedir a concessão de assistência aos países e às comunidades que dela necessitem. Assim, propuseram alguns critérios para a "caixa de segurança" de acordo com os quais a assistência alimentar em caso de emergência não precisaria seguir as regras estabelecidas. De acordo com o documento, as autoridades do país recipiente cooperariam com os organismos internacionais de assistência humanitária, para declarar as situações de emergência, com base nas definições da Organização das Nações Unidas (ONU), e avaliar as necessidades alimentares das populações afetadas. A "caixa de segurança" abrangeria os fluxos assistenciais provenientes dos outros Membros nas quantidades avaliadas independentemente, enquanto durasse a emergência.

A proposta também estabelece as normas gerais para a concessão de assistência alimentar não emergencial, que compreende toda forma de assistência não qualificada para a "caixa de segurança". Ela especifica que esse tipo de assistência "em espécie" deve ser condicionado à demanda, fornecida exclusivamente na forma de auxílio não reembolsável e não ser atrelada a condições comerciais. Os PMDRs e o Grupo Africano também desejam que a assistência alimentar não emergencial considere as condições do mercado local, dirija-se a atividades relacionadas ao desenvolvimento e não seja reexportada. Eles também defendem que a assistência alimentar possa ser monetarizada (vendida para obtenção de recursos) "em circunstâncias excepcionais", como, por exemplo, para o financiamento de atividades diretamente relacionadas à sua concessão ou para a compra de insumos agrícolas.

Para ambas as categorias, a transparência é enfatizada por meio das exigências de notificação impostas aos doadores e às organizações de assistência humanitária.

De modo geral, a proposta foi bem recebida pelos países durante o encontro de 22 de março com todas as delegações, não houve, contudo, consenso sobre o sistema de classificação. Alguns países desejavam regras mais rígidas sobre monetarização, com o intuito de impedir que a assistência alimentar substitua as vendas comerciais, ou mesmo o seu banimento. Várias fontes se referiram às discussões como uma rara ocasião de negociações reais em uma sessão plenária com a presença de todos os Membros. Crawford Falconer afirmou que a discussão sobre assistência alimentar foi boa em termos gerais e que a proposta

provavelmente serviria como estrutura de trabalho para negociações posteriores sobre a matéria.

Divergência sobre quotas tarifárias para produtos sensíveis

A questão dos produtos sensíveis (os quais tanto países desenvolvidos como PEDs poderão listar para cortes tarifários abaixo daqueles exigidos pela fórmula de redução, desde que concedam acesso melhorado a mercados por meio da combinação de cortes tarifários e expansão nas quotas tarifárias) colocou Membros relativamente protecionistas, como as Comunidades Européias (CE) e o G-10 (essencialmente países desenvolvidos importadores líquidos de alimentos), contra exportadores agrícolas como os EUA e os países do Grupo de Cairns. O tratamento específico a ser destinado aos "produtos sensíveis" permanece longe de ser determinado. Os Membros continuam a discordar sobre a base para expansão das quotas tarifárias para produtos sensíveis: enquanto alguns Membros desejam que seja associada ao consumo doméstico do produto em questão, outros argumentam que deveria ser baseada nas importações atuais e outros ainda propõem a utilização dos compromissos de quotas já existentes como referencial. Observa-se que, de um lado, a primeira abordagem não considera o grau de "sensibilidade" de um produto para um Membro em particular; e, de outro, as duas últimas não produziram aumentos substanciais, caso seus parâmetros iniciais fossem baixos. Na reunião de 22 de março, o G-10 chamou a atenção para sua proposta atual baseada tanto no consumo doméstico quanto nos níveis existentes de quotas tarifárias (v. BRIDGES Weekly, 1º de fevereiro de 2006). O Brasil informou aos Membros que o G-20 trabalhava uma abordagem "híbrida" para apresentar como proposta.

A Costa Rica, que é parte do G-11 (grupo de países que demandam a liberalização dos produtos tropicais), declarou que, além da questão do tratamento, também é importante se discutir o modo como se dará a seleção dos produtos sensíveis. Isso porque, por exemplo, não se permitir que os produtos tropicais sejam designados como sensíveis.

Nenhuma convergência sobre apoio doméstico

A perspectiva de um acordo sobre a "caixa azul" de subsídios domésticos permanece indefinida, enquanto os Membros continuam a discordar sobre os níveis gerais de redução, os limites para produtos específicos e as novas regras para a regulamentação deste tipo de concessão. Originalmente, a caixa azul abrangia os subsídios vinculados a limites de produção que distorcem o comércio (a então chamada "velha caixa azul"). De acordo com o Pacote de Julho de 2004 (WT/L/579), no entanto, ela foi ampliada para englobar

os subsídios que não exigem nenhuma produção (a "nova caixa azul"), de forma a compreender os polêmicos pagamentos anticíclicos (os quais aumentam à medida que os preços caem) dos EUA para seus fazendeiros. A semana também testemunhou a emergência de novas visões. Por exemplo, a indicação das CE de que estariam dispostas a considerar limites de gastos por produtos específicos, desde que outros Membros, em especial os EUA, desistissem de se opôr a fazer o mesmo com as novas regras sobre os gastos da "caixa azul".

Mecanismo Especial de Salvaguardas

Na sessão de 24 de março, foi discutida a nova proposta do G-33 que apresentou valores específicos para as tarifas alfandegárias adicionais que poderiam ser impostas pelo Mecanismo Especial de Salvaguardas (MES) - mecanismo este cujo objetivo consiste em oferecer aos PEDs uma forma de proteção contra aumentos ou colapsos repentinos dos preços de produtos importados. Alguns Membros consideraram muito baixos os níveis de gatilho relacionados a preços e volumes e muito altas as tarifas de salvaguarda; e observaram que tal o MES poderia dar ensejo a protecionismo injustificado.

O documento informal apresentado pelo G-33 propõe limites específicos para mudanças nos preços e nos volumes de importação verificados nas médias dos três anos que deflagrariam o mecanismo. Apresentou também os "tetos" para imposições tarifárias adicionais. A nova proposta insere valores numéricos nos espaços em branco deixados na proposta do grupo de outubro de 2005, a qual tratava do modo de operação do MES (v. BRIDGES Weekly, 2º de novembro de 2006).

As negociações sobre o documento do G-33 durante o encontro evidenciaram algumas diferenças sobre o propósito específico do MES entre os próprios PEDs. Essa diferença foi observada até mesmo dentro do G-20.

Na reunião, Crawford Falconer observou que a concordância sobre os aspectos centrais do funcionamento do MES não exigiria um amplo acordo sobre as reduções tarifárias para produtos agrícolas. Afirmou, ainda, que os Membros precisavam encontrar um meio termo entre os receios do G-33 de que o MES acabe por ser tão inócuo quanto as disposições relativas a salvaguardas e as preocupações dos Membros exportadores sobre protecionismo não justificado.

No seu relatório de 28 de março sobre as negociações para o Comitê de Negociações Comerciais, Crawford Falconer encorajou os Membros a aumentarem o ritmo

das negociações. Há relatos de que ele provavelmente deverá elaborar um "documento de referência" detalhado, com base nas propostas e nas visões dos Membros acerca de algumas questões presentes nas negociações, dentre as quais assistência alimentar, créditos à exportação, empresas estatais e a caixa azul.

A próxima semana de negociações sobre agricultura deve iniciar-se no dia 18 de abril.

Reportagem do ICTSD. Tradução da DireitoGV.

Negociações sobre NAMA permanecem travadas

As negociações sobre a liberalização do comércio de bens industrializados na OMC permanecem em impasse, concluiu o Presidente do Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados de Produtos Não-Agrícolas (NAMA, sigla em inglês), dia 24, após uma semana de discussões. O Embaixador Don Stephenson, do Canadá, que preside as sessões do referido grupo, tinha mencionado, dois dias antes, durante um encontro com todas as delegações, que nenhum progresso teria sido alcançado em suas consultas com pequenos grupos de Membros sobre a fórmula de redução tarifária, as flexibilidades a serem concedidas aos países em desenvolvimento (PEDs) para que protejam alguns produtos do corte tarifário integral e o tratamento para linhas tarifárias não-consolidadas.

Ao informar aos delegados que, em tais consultas, não se observou mais do que a repetição reiterada e exaustiva de alguns temas, Don Stephenson exortou-os a não esperarem por resultados em outros pontos das negociações, como, por exemplo, em agricultura, para se moverem ativamente em direção a um acordo em NAMA - pois isso poderia ocorrer tarde demais.

Há relatos de que Don Stephenson também declarou que os Membros pareciam ter-se polarizado em dois lados antagônicos: o que defende "reciprocidade não absoluta" e o que demanda "acesso real a mercados". A avaliação foi recebida com críticas por algumas delegações, os quais argumentam que as duas posições não são mutuamente excludentes.

O mandato do grupo de NAMA, estabelecido pelo Pacote de Julho de 2004 (WT/L/579), estipula que a fórmula de redução tarifária deverá levar em consideração as necessidades especiais e os interesses dos PEDs e dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), incluindo-se a reciprocidade não-absoluta nos compromissos de redução. Durante as negociações, os delegados

utilizaram a expressão "acesso real a mercados" para se referirem aos cortes que demandarão reduções nas tarifas aplicadas, em oposição aos seus níveis consolidados, os quais freqüentemente são muito maiores.

NAMA-11 demanda "modalidades justas, equilibradas e voltadas para desenvolvimento"

No dia 20 de março, o "NAMA-11", um grupo composto por dez PEDs Membros que insistem firmemente na necessidade de reciprocidade não-absoluta, circulou um documento informal no qual declaram as condições que julgam necessárias para que os PEDs logrem acesso ampliado real aos mercados dos países desenvolvidos. De acordo com o documento circulado, para que esse objetivo seja alcançado, os países desenvolvidos teriam de eliminar os picos tarifários, as tarifas elevadas e a escalada tarifária (aumento da tarifa imposta de acordo com o grau de processamento do produto, de modo que as matérias primas têm as tarifas mais baixas enquanto os produtos acabados têm as mais elevadas). O documento salienta que nenhum dos cortes tarifários propostos pelos países desenvolvidos alcançaria tal objetivo.

O documento assinala ainda que as últimas rodadas de liberalização do GATT/OMC discriminaram precisamente os produtos nos quais os PEDs tinham um maior interesse exportador. Como resultado da Rodada Tóquio (1973-1979), por exemplo, a redução efetiva das tarifas impostas pelos países ricos sobre as exportações oriundas dos PEDs foi de 25%, enquanto o corte total consolidado nas tarifas de comércio foi de 33%. A redução de 40% da Rodada do Uruguai, efetuada pelos países desenvolvidos, traduziu-se, na realidade, em cortes de 27% nas tarifas sobre as exportações dos PEDs e de apenas 25% sobre as exportações de bens dos PMDRs.

A África do Sul (em nome também de Argentina, Brasil, Egito, Índia, Indonésia, Namíbia, Filipinas, Tunísia e Venezuela) ressaltou que as demandas dos países desenvolvidos eram desproporcionais, se considerado o que estariam dispostos a oferecer em matéria de NAMA e em cortes de subsídios agrícolas. Isso inverteria o princípio básico da Rodada Doha de que os interesses dos PEDs deveriam estar no centro das negociações. Em documento apresentado pelo grupo, afirmou-se explicitamente que a reciprocidade não-absoluta implica no fato de que os PEDs deveriam proceder a reduções percentuais menores nas suas tarifas em comparação com as dos países desenvolvidos.

O referido documento também afirmava que mesmo porcentagens relativamente menores de cortes feitos pelos PEDs nas suas tarifas mais elevadas seriam um

estímulo maior para as exportações do que as reduções não tão maiores realizadas por países desenvolvidos em suas já geralmente baixas tarifas. Para corroborar tal afirmação, o documento citou um estudo do Secretariado do GATT de 1994 no qual se afirmava que uma redução de 50% em uma tarifa de 3%, em princípio, faria com que o preço final diminuísse 1,5%, enquanto que um corte 25% em uma tarifa de 36% resultaria em uma redução de 6,6% no preço final. Como conseqüência, o nível final das tarifas obrigatórias (resultantes da aplicação da fórmula de redução tarifária) para países desenvolvidos e PEDs seria uma base insatisfatória para avaliar a reciprocidade não-absoluta. Os EUA e as Comunidades Européias (CE), por outro lado, acreditam que seria suficiente a limitação das tarifas dos países desenvolvidos e dos PEDs a, respectivamente, 10% e 15%.

O grupo novamente salientou a importância de os PEDs serem capazes, parcial ou totalmente, de protegerem alguns produtos dos cortes tarifários como forma de auxiliá-los a gerenciar o ajustamento de setores sensíveis e impedir a convulsão social causada pela perda de empregos e pelo fechamento de empreendimentos eventualmente resultantes de uma maior liberalização. Eles também rejeitaram a proposta de utilização das alíquotas tarifárias aplicadas em vez das consolidadas como base para os cortes tarifários, pois isso serviria como um incentivo perverso contra liberalizações autônomas e reformas econômicas mais amplas realizadas pelos PEDs. O grupo ainda demandou que a extensão dos cortes tarifários em NAMA seja equiparável ao de produtos agrícolas. Para possibilitar esta comparação, o documento mencionou um recente documento elaborado pela Argentina, no qual eram apresentadas possíveis formas de comparação (v. Pontes Quinzenal, 22 de março de 2006).

Surgem preocupações referentes aos processos

Com a continuidade do impasse nas negociações, os diplomatas que participam das negociações estão cada vez mais pessimistas com relação às chances da obtenção de um acordo abrangente sobre a estrutura das negociações em NAMA até o prazo do final de abril - prazo esse estabelecido na Declaração Ministerial de Hong Kong (WT/MIN(05)/DEC).

Preocupações relativas ao processo de tomada de decisão também têm sido verbalizadas mais abertamente. Alguns PEDs menores, dentre os quais Cuba, reclamam que foram deixados de fora dos processos consultivos que deveriam, teoricamente, guiar as negociações. Eles argumentam que, a esta altura das negociações, todo Membro deve estar presente para expressar suas próprias perspectivas.

Don Stephenson disse que consideraria essas preocupações. Ele também lembrou às delegações que, independentemente do que for discutido nos encontros com os grupos menores, é o conjunto de Membros da OMC, em suas reuniões formais, que toma as decisões finais.

Reportagem do ICTSD. Tradução da DireitoGV.

Negociações plurilaterais sobre serviços

As negociações plurilaterais da Rodada Doha sobre serviços começaram com grande impulso em 27 de março último. O processo plurilateral iniciou-se, originalmente, em 27 de fevereiro, com a apresentação de 22 demandas coletivas para acesso a mercados - prazo estabelecido pela Declaração de Hong Kong (v. Puentes Quincenal, 28 de fevereiro de 2006).

Entre as 22 demandas, 16 referem-se a setores ou subsetores específicos, em especial os seguintes: telecomunicações, serviços jurídicos, transporte marítimo, energia, logística, serviços financeiros, informática, correios, audiovisual, construção, educação, meio-ambiente, transportes aéreos e serviços relacionados à agricultura.

Dentre as 6 restantes, 3 estão relacionadas com os distintos modos de prestação de serviços: prestação transfronteiriça e consumo no exterior (modos 1 e 2), presença comercial (modo 3) e movimento temporário de pessoas físicas (modo 4).

As 3 últimas relacionam-se com a eliminação ou a redução das exceções existentes à cláusula da nação mais favorecida (NMF), que, em princípio, os Membros poderiam manter por um período de 10 anos, contados a partir da entrada em vigor o Acordo Geral para Comércio e Serviços (GATS, na sigla em inglês) em 1995. A primeira das demandas refere-se a todas as exceções da NMF, enquanto as demais tratam das exceções específicas aos setores financeiro e audiovisual.

Japão e EUA são os maiores requerentes

O Japão participou do maior número de demandas coletivas, com um total de 13 setores. Participou também da demanda plurilateral sobre o modo 3 e nas três demandas a respeito das exceções da NMF.

Os Estados Unidos da América (EUA) e as Comunidades Europeias (CE) participaram, individualmente, como Membros demandantes em 12 dos pedidos setoriais. Enquanto os EUA participaram

das demandas por serviços de educação e audiovisual, as CE abstiveram-se de tais setores e também dos serviços de saúde e de abastecimento de água para consumo humano. Por outro lado, as CE uniram-se às demandas por transportes aéreos e marítimo, setores não objetivados pelos EUA. A Austrália também participou de 12 demandas setoriais. Já o Canadá, a Noruega e a Nova Zelândia participaram de 9 pedidos cada um.

Entre os Membros em desenvolvimento (PEDs) que possuem um forte interesse ofensivo no comércio de serviços, pode-se citar: Hong Kong, que participou de 11 demandas plurilaterais em 6 setores; o México que participou de 10 demandas compreendendo 10 setores; Cingapura, com 9 demandas em 7 setores; e Chile, com 8 demandas em 6 setores. A Índia participou em demandas plurilaterais relacionadas a serviços de informática e modos de prestação de serviço, em específico, os modos 1, 2 e 4.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai apresentaram conjuntamente uma demanda plurilateral em matéria de serviços relacionados à agricultura. É a primeira das poucas demandas setoriais que não surgiu do trabalho do "Grupo dos Amigos". Além disso, alguns observadores indicaram tratar-se da única demanda plurilateral cujos solicitantes são todos PEDs e os demandados são desenvolvidos, inclusive EUA, CE, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Suíça.

15 PEDs apoiaram as demandas sobre o modo 4

Como era de se esperar, a demanda plurilateral sobre o modo 4 atraiu a maioria dos PEDs participantes, não obstante seu apoio à demanda relativa aos modos 1 e 2. Dentre os países demandados com relação ao modo 4 de prestação de serviços, encontram-se EUA, CE, Japão, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Suíça, Noruega e Islândia. Dentre os patrocinadores, encontram-se Argentina, Brasil, China, Índia, Egito, Marrocos e Tailândia.

O pedido coletivo sobre o modo 4 está focado nas categorias de prestadores de serviços contratuais e profissionais independentes. Dentre os traços mais aparentes desta demanda, destaca-se a estipulação de que a paridade salarial não deve ser uma condição prévia para a entrada de trabalhadores estrangeiros. Solicita-se também que as provas de necessidades econômicas (ENT, sigla em inglês) sejam removidas ou reduzidas de forma substantiva. Os ENTs (que permitem o ingresso de prestadores caso não exista um prestador local ou disposto a prestar o mesmo serviço) são utilizados regularmente para proibir a entrada de trabalhadores originários dos PEDs.

Negociações entre Mercosul e UE ficam em segundo plano

A demanda em matéria de serviços relacionados à informática parece ser a que conta com a maior participação de países desenvolvidos e PEDs. Muitos negociadores apontaram isso como uma evidência das oportunidades comuns que o setor apresenta independentemente dos distintos níveis de desenvolvimento econômico.

Membros que receberam solicitações

Fontes indicaram que as Filipinas lideraram o "ranking" de recebimento de demandas com um total de 19 demandas plurilaterais, abarcando 15 setores de serviços. Indonésia e Tailândia seguem-na de perto com 17 demandas que englobam 15 setores. A Malásia recebeu 15 demandas em 13 setores. A China recebeu 17 demandas em 15 setores, enquanto a Índia recebeu 15 demandas distribuídas por 14 setores.

Entre os países latino-americanos, o Brasil recebeu um total de 18 demandas compreendendo todos os setores, com exceção daqueles em que apresentou solicitação. A Argentina, por sua vez, recebeu 14 demandas em 12 setores. Do continente africano, a África do Sul recebeu 15 demandas em 13 setores, e o Egito recebeu 14 demandas coletivas em 12 setores.

Nenhum dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) recebeu demandas plurilaterais. Isso se deve à disposição contida na Declaração Ministerial de Hong Kong (WT/MIN(05)/DEC) na qual se estipula que os PMDRs não estão obrigados a assumir novos compromissos de liberalização. Não obstante, fontes revelaram que os PMDRs planejam apresentar uma demanda coletiva sobre o modo 4, baseada naquela que fizeram em junho de 2005.

As negociações plurilaterais começaram em 27 de março e seguirão até o dia 7 de abril. Muitos dos negociadores comerciais dos Membros demandados estão preocupados com a escassez de tempo e com a falta de recursos de que dispõem, visto que terão que apresentar e preparar-se para quase todas as discussões plurilaterais.

Reportagem de ICTSD e CINPE. Tradução da DireitoGV.

Após a decisão do Parlamento Europeu de solicitar o reinício das negociações com o Mercosul (v. Pontes Quinzenal, de 22 de março de 2006), os representantes de ambos os blocos retomam as conversações para a conclusão de um acordo de livre comércio entre a União Européia (UE) e o Mercosul. Deste modo, no dia 21 de março, depois de mais de um ano sem negociações, ocorreu uma reunião com os representantes de ambos os blocos em Bruxelas, sede da Comissão Européia. Em seguida, o Comissário Europeu para o Comércio, Peter Mandelson, visitou a América do Sul para discussão de tópicos diversos e participar de uma mini-ministerial no âmbito da Rodada Doha de negociações multilaterais comerciais da OMC.

Primeiras aproximações

Na reunião do dia 21 de março, noticiase que o Brasil ofereceu à UE a liberalização do comércio no setor automotivo em troca de maior abertura do mercado europeu de produtos agrícolas. A primeira reação da Argentina foi criticar o Brasil pela posição assumida, pelo fato de que não teria sido essa uma posição previamente consolidada entre os Membros. Outra crítica foi apresentada ao Brasil no tocante a possível vazamento de informações para a mídia local.

Comenta-se, ainda, que o Mercosul apresentou diversas propostas também em serviços, mas não há divulgação oficial de qual seria seu conteúdo. De acordo com os negociadores argentinos, a reunião focou em questões técnicas.

Visita de Mandelson à Argentina e ao Brasil

Entre os dias 27 e 31 de março, Peter Mandelson realizou uma visita que se iniciou no Chile, passou pela Argentina e terminou no Brasil. De acordo com informações da Comissão Européia, o objetivo da visita ao Chile seria a discussão de tópicos bilaterais, enquanto, na Argentina, o foco estaria nos assuntos relacionados à negociação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a UE. Uma vez no Brasil, o objetivo de Mandelson seria tratar de assuntos bilaterais e participar da mini-ministerial da Rodada Doha na OMC, no Rio de Janeiro, entre os dias 31 de março e 01 de abril.

Enquanto esteve na Argentina, os representantes locais suavizaram a posição adotada ao fim da reunião do dia 21 e afirmaram que não aceitariam realizar

maiores concessões em liberalização de mercados de bens industriais se a UE não as fizesse em mercados agrícolas. Não deixaram claro, contudo, os limites de sua proposta, em especial, se o setor automotivo estaria incluído ou não.

A visita do Comissário Europeu ao Brasil iniciou-se em Ribeirão Preto, onde almoçou com o Ministro da Agricultura do Brasil, Roberto Rodrigues. Depois de conhecer uma usina de produção de biocombustíveis na região, Peter Mandelson foi para São Paulo, onde se encontrou com empresários, e, em seguida, para o Rio de Janeiro, onde participou da reunião para tentar destravar as negociações da OMC.

Em declarações efetuadas durante sua visita ao Brasil, contudo, Mandelson deixou claro que não haverá acordo concluído antes do fim da Rodada Doha de negociações comerciais multilaterais no âmbito da OMC. A razão para tanto seria a necessidade de se saber o quanto será necessário conceder na Rodada multilateral; somente depois, poderão verificar a viabilidade de novas liberalizações nas negociações regionais.

Peter Mandelson também criticou a concentração excessiva do Mercosul em questões de acesso a mercados agrícolas para produtos específicos, como, por exemplo, carne bovina, frango, etanol e outros produtos processados. De acordo com o Comissário Europeu, assim, o bloco perderia em outros pontos, como prazos maiores de transição antes da liberalização completa. Em afirmações à imprensa, o representante europeu deixou claro que somente haverá acordo se os dois lados tiverem flexibilidade similar.

Uma vez no Brasil, notou-se que o foco de Peter Mandelson encontrava-se nas negociações da OMC, em vez de naquelas com o Mercosul. O Comissário Europeu manifestava-se sobre estas apenas quando questionado pela imprensa.

Perspectivas

Já está marcada uma Cúpula para um encontro entre os países da UE e os do Mercosul, a ocorrer em maio próximo - em paralelo à Cimeira UE- América Latina, em Veneza. Antes disso, contudo, deverá ser realizada uma nova reunião para avançar as negociações inter-regionais. De acordo com autoridades argentinas, tal reunião ocorrerá nos próximos 45 dias - mas sua data ainda precisa ser definida.

Reportagem DireitoGV.

Fontes consultadas:

ABCOnline. Argentina Critica a Brasil por filtrar datos de reunión Mercosur-UE. 23 de março de 2006. Disponível em <<http://www.abc.com.py/articulos.php?fec=2006-03-23&pid=241359&sec=5>>. Acesso em 23 de março de 2006.

BBC Brasil.com. Mandelson pede que Mantega não seja 'protecionista'. 29 de março de 2006. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/03/060329_mandelsonmantegaas.shtml>. Acesso em 31 de abril de 2006.

Diário do Comércio e Indústria. Negociação com Europa desagrada à Argentina. 23 de março de 2006.

Lanacion.com. La Argentina pide más flexibilidad a Europa. 28 de março de 2006. Disponível em <http://www.lanacion.com.ar/economia/nota.asp?nota_id=792455>. Acesso em 28 de março de 2006.

O Estado de São Paulo. União Européia recusa encontro para reabrir negociações na OMC. 23 de março de 2006.

Carne Argentina: medidas sanitárias e restrições à exportação

As medidas adotadas pela Argentina em relação à produção nacional de carne chamaram a atenção internacional em março. Além de proibir reiteradamente a entrada, no país, de uma comissão cujo objetivo era visitar uma região onde foi descoberto um foco de febre aftosa, o governo também restringiu as exportações nacionais de carne bovina - um dos principais produtos de exportação da Argentina.

Medidas sanitárias e fitossanitárias

No dia 08 de fevereiro, a Secretaria de Agricultura da Argentina anunciou formalmente a existência de um foco de febre aftosa na região de San Luis del Palmar, norte da província de Corrientes. Na oportunidade, dezenas de animais foram sacrificados na tentativa de evitar o alastramento da doença. Em razão da proximidade do local com a fronteira Argentina-Brasil, esse, que foi o segundo foco da doença em menos de seis meses, gerou a preocupação de Brasil e Paraguai e a subsequente aplicação de medidas por esses países.

O governo argentino, contudo, vinha repetidamente atrasando a visita da missão do Centro Pan-americano de Febre Aftosa (PANAF-TOSA) ao local. Apenas depois de muita polêmica e diversos protestos do Uruguai (que teme um alastramento do foco para o seu território, como ocorreu em 2001), a visita foi marcada para 17 de abril próximo. A decisão foi tomada em reunião do Comitê Veterinário Permanente do Mercosul

(CVP), ocorrida em Montevideu entre os dias 23 e 24 de março.

Nesse meio-tempo, o Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA) editou a Resolução 35/2006, que declarou Estado de Emergência Sanitária Nacional em todo o território argentino. As Comunidades Européias, por sua vez, já suspenderam as importações de carne bovina de oito cidades da província de Corrientes.

Restrição às exportações

Concomitantemente, em 8 de março último, o Ministério de Economia e de Produção da Argentina editou a Resolução 114/2006, a qual proíbe a exportação de carnes bovinas por um período de 180 dias. De acordo com os artigos 2º e 3º da referida resolução, não foram proibidas as exportações relacionadas a acordos bilaterais, as englobadas na chamada "quota Hilton" (carne resfriada, congelada e sem osso) oferecida pela União Européia à Argentina e as exportações amparadas em cartas de crédito irrevogáveis no momento da entrada em vigor da resolução.

O preâmbulo de tal resolução justifica a medida como necessária para a manutenção de um abastecimento do mercado interno a preços razoáveis, visto que, nos últimos tempos, foi verificado um aumento constante e expressivo dos preços da carne bovina.

Esse aumento foi ocasionado, por um lado, pelo fato de o Brasil, principal produtor de carne bovina no mundo, também enfrentar focos de febre aftosa, o que gerou a diminuição de sua oferta. Por outro lado, houve um aumento da demanda decorrente da queda no consumo da carne de frango, por conta da gripe aviária.

Diante dos possíveis prejuízos resultantes da medida adotada, os exportadores do setor agropecuário propuseram ao governo argentino uma redução de 20% a 30% no preço da carne, de acordo com o tipo de carne. Propuseram ainda limitação de até 40% das exportações do produto. Em troca, o governo levantaria a restrição à exportação dos tipos de carnes mais caros.

Apesar disso, o governo argentino se nega a negociar um acordo antes da queda dos preços e continua a impor restrições à exportação cada vez mais rígidas. Nesse sentido, tal governo anunciou que aumentará a fiscalização das exportações de carne bovina asseguradas por cartas de crédito por meio do Banco Central e da Oficina Nacional de Control y Comercialización Agropecuária (ONCCA). Tal fiscalização visa a evitar que as referidas cartas de

crédito se transformem em maneiras de burlar a proibição.

De acordo com o art. XI do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT, sigla em inglês) é proibida toda restrição às exportações e importações que não sejam tarifas, quotas ou licenças. O parágrafo 2º do referido artigo prevê a possibilidade de restrição das exportações com fundamento em situação de penúria do abastecimento do mercado interno de determinado produto considerado essencial ao país exportador. Fica em aberto, portanto, se o fundamento utilizado pelo governo argentino para a implementação da proibição observa suas obrigações perante o GATT.

Reportagem DireitoGV.

Fontes consultadas:

El País. Argentina permite la inspección por aftosa. 24 de março de 2006. Disponível em <http://www.elpais.com.uy/06/03/24/pecono_207989.as.p>. Consulta em 31 de abril de 2006.

El País. Prohibición argentina no beneficia a Uruguay. 30 de março de 2006. Disponível em <http://www.elpais.com.uy/06/03/10/pecono_205592.as.p>. Consulta em 31 de abril de 2006.

El País. Región cooperará con Argentina por aftosa. 25 de março de 2006. Disponível em <http://www.elpais.com.uy/06/03/25/pecono_208213.as.p>. Consulta em 31 de abril de 2006.

La Nación. El Gobierno se apura para lograr un acuerdo de precios. 29 de Março de 2006. Disponível em <http://buscador.lanacion.com.ar/Nota.asp?nota_id=792770&high=carne>. Consulta em 31 de abril de 2006.

La Nación. El plan para bajar el precio de la carne, en horas decisivas. 30 de março de 2006. Disponível em <http://www.lanacion.com.ar/economia/nota.asp?nota_id=793053>. Consulta em 31 de abril de 2006.

La Nación. Kirchner dijo que no negocia hasta que baje el precio de la carne. 30 de março de 2006. Disponível em <http://www.lanacion.com.ar/economia/nota.asp?nota_id=793088>. Consulta em 31 de abril de 2006.

La Nacion. Miceli afirmó que se está normalizando el mercado de la carne. 31 de Março de 2006. Disponível em <http://www.lanacion.com.ar/economia/nota.asp?nota_id=793429>. Consulta em 31 de abril de 2006.

Resolução 114/2006. Ministério de Economia y Producción. 8 de Fevereiro de 2006. Disponível em <<http://www.ipcva.com.ar/vertext.php?id=544>>. Consulta em 31 de abril de 2006.

Resolução 35/2006. Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria. 8 de Fevereiro de 2006. Disponível em:

<<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/110000-114999/113876/norma.htm>>. Consulta em 31 de abril de 2006.

BREVES MULTILATERAIS

Resultados da COP-8

A Oitava Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8) terminou no dia 31 de março em Curitiba. A reunião, que durou duas semanas, contou com um número recorde de participantes e de eventos paralelos. Embora a maioria das discussões tenha se referido a temas contenciosos, também foram discutidas questões relacionadas ao comércio, que se concentraram mais em questões de forma do que conteúdo.

No que se refere a acesso e repartição de benefícios (ABS, na sigla em inglês), as Partes estabeleceram uma estrutura para os próximos diálogos baseada em um regime internacional de ABS. A data escolhida para o término das negociações é 2010. Por outro, as Partes decidiram deixar as discussões sobre medidas de incentivo para a próxima COP, quando o programa de trabalho específico estiver pronto para uma revisão aprofundada.

A maioria dos países em desenvolvimento (PEDs) foram a Curitiba com o intuito de assegurarem um maior comprometimento para as negociações no regime internacional de ABS. Alguns países desenvolvidos, como Canadá e Austrália, por sua vez, permaneceram relutantes em assumirem compromissos para obtenção de resultados específicos e em estabelecerem datas finais para as negociações, pois desejam adquirir mais experiência em âmbito nacional antes de assumirem compromissos internacionais. A Noruega, entretanto, apoiou os PEDs e sugeriu o estabelecimento de um órgão de negociação intergovernamental composto por um presidente e com seu próprio escritório.

As maiores controvérsias entre as Partes estavam relacionadas às decisões relativas aos prazos finais para o término das negociações sobre ABS. De um lado, o G-77 e a China, em nome dos PEDs, defendiam que a COP-9 fosse realizado em 2008. Do outro, os países desenvolvidos, liderados por Canadá e Austrália, eram a favor de um adiamento nas negociações. Ao final, ficou acertado que as decisões

do Grupo de Trabalho Ad Hoc em ABS devem ser emitidas o mais breve possível antes da COP-10.

O irlandês Matthew Jebb, presidente da COP, teve o apoio de Austrália, Argentina, Brasil e Nova Zelândia para manter os debates da reunião focados em assuntos procedimentais. Esses países afirmaram, repetidas vezes, que os trabalhos em incentivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) têm sido sobrepostos aos trabalhos da OMC nesse mesmo tema. A maior preocupação desses países seria a permissão de medidas, no âmbito da CDB, que tenham efeitos restritivos ao comércio não condizentes com a regulamentação da OMC ou que consistam em protecionismo disfarçado. Isso possibilitaria que certos países, como as Comunidades Europeias (CE), mascarassem seus subsídios agrícolas como parte de medidas de conservação biológica.

Por fim, ficou definido que a COP-9 será realizada na Alemanha em 2008.

Reportagem ICTSD.

Fontes consultadas:

Bridges Trade BioRes, Vol.6, 3 de abril de 06, ICTSD <<http://www.ictsd.org/biores/06-04-03/story1.htm>>.

COP-8 Biodiversity and Trade Briefings, março 2006, ICTSD.

<<http://www.trade-environment.org/page/ictsd/resource.htm>>.

Café e arroz podem ser objeto de demandas na OMC

Os produtores de café solúvel e o setor arroseiro do Brasil já iniciaram os preparativos para solicitar ao governo a apresentação de demandas específicas perante o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (OSC/OMC). Os primeiros questionam a sobretaxa imposta às exportações do café solúvel brasileiro para entrada no mercado das Comunidades Europeias (CE). O segundo, por sua vez, alega que o arroz brasileiro é prejudicado pelos subsídios concedidos pelos Estados Unidos da América (EUA) aos seus produtores.

Café

No último dia 27 de março, o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA) aprovou parcialmente a proposta apresentada em 15 de março pela Associação Brasileira da Indústria do Café (ABICS) de divisão conjunta dos gastos decorrentes da apresentação de uma demanda perante a OMC contra a sobretaxa imposta pelas CE ao café solúvel brasileiro (v. Pontes Quinzenal, 09 de março de 2006). De acordo com a decisão do CDPC, o governo brasileiro poderá responder, com recursos do FUNCAFÉ, por até R\$ 500 mil.

Este foi o primeiro passo no processo de aprovação da proposta, que, agora, será avaliada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, mais especificamente, pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Para que a questão entre na agenda da CAMEX, contudo, faz-se necessária uma solicitação específica do Ministério da Agricultura.

Após tal solicitação, o pedido será apreciado em reunião do Comitê Executivo de Gestão da CAMEX (GECEX). Caso o GECEX aprove o pedido, ele será, então, incluído na agenda da reunião seguinte do Conselho de Ministros da CAMEX, a quem compete a decisão final sobre a liberação das verbas. Embora não haja uma data fixa para as reuniões desses órgãos, de acordo com o Regimento Interno da CAMEX, o Conselho de Ministros deve se reunir, pelo menos, uma vez ao mês e serem precedidas de uma reunião do GECEX. Em casos de relevância ou urgência, no entanto, o Presidente do Conselho de Ministros (o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) poderá dispensar a reunião prévia do Comitê Executivo.

Até o fechamento desta edição, não havia previsão de data marcada para sua próxima reunião. A única informação disponível era que a última reunião do GECEX ocorreu em 16 de março e que não poderiam ser divulgadas informações sobre as próximas datas, para não haver acúmulo de jornalistas no local. Caso o pedido seja aprovado, serão contratados profissionais para a avaliação jurídica da demanda do setor. Caso seja constatada a procedência do argumento, será estabelecido contato com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a quem competirá apresentar uma solicitação de consultas com as CE perante o OSC/OMC.

Arroz

Enquanto os produtores de café solúvel encontram-se numa fase inicial dos preparativos para a apresentação de uma demanda, o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRSA) entregou ao MRE, em 28 de março, um estudo sobre as medidas de apoio doméstico que os EUA concedem a seus produtores de arroz.

O referido estudo, que foi elaborado pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), consiste numa análise econométrica das distorções ocasionadas pelas concessões do governo estadunidense. De acordo com seus resultados, as medidas questionadas fizeram com que os preços internacionais do arroz se reduzissem 14%, entre 1999 e 2002. Como resultado, o arroz brasileiro teria perdido sua competitividade.

O IRSA também conta com um memorando de viabilidade jurídica produzido pelo escritório Sidley Austin, em que se analisa o mercado do arroz, os diferentes programas de apoio disponibilizados pelo governo dos EUA e a modelagem dos níveis de subsídio e seus efeitos para o mercado.

O Ministro Roberto Azevedo, atual Diretor Econômico e antigo Coordenador Geral de Contenciosos do MRE, afirmou, em declaração ao jornal Valor Econômico, que, embora o estudo não seja profundo, pode ser utilizado para embasar um pedido de consultas com os EUA no OSC/OMC. De acordo com fonte relacionada ao processo, buscar-se-á, primeiramente, consultas informais com o governo dos EUA, numa tentativa menos onerosa de se pôr um fim ao problema. Reportagem DireitoGV.

Fontes consultadas:

Portal Netcomex. Brasil entrará com ação contra EU no caso do café. 27 de março de 2006. Disponível em <<http://www.netcomex.com.br>>. Último acesso em 27 de março de 2006.

Valor Econômico. Arrozeiro quer acionar EUA na OMC. 29 de março de 2006.

BREVES REGIONAIS

Coréia do Sul interessada em negociar com Mercosul e Peru

Autoridades de comércio exterior da Coréia do Sul e delegados do Mercosul conduziram, no último dia 6 de março, no país asiático, uma reunião para estabelecer as bases que tornarão possível a assinatura de um acordo entre ambos. Após essa reunião, o Ministro de Assuntos Exteriores e Comércio da Coréia do Sul realizou uma visita oficial à Argentina na qual se discutiu o tema do impulso às negociações. Dentre os destinos visitados pelo Ministro coreano, encontrava-se

também o Peru, país em que aproveitou para reunir-se com seu par peruano com o intuito de dar um impulso às relações bilaterais entre ambas as nações.

O Subsecretário de Integração Econômica, Americana e do Mercosul da Argentina, Eduardo Siagl, ressaltou a importância de se alcançar algum tipo de entendimento comercial com um mercado com o potencial do coreano, cujo intercâmbio atual atinge os US\$ 4 bilhões ao ano.

Tanto o bloco sul-americano como a Coréia concordaram, em 1997, em estreitar os laços comerciais entre si. A primeira reunião para coordenar os termos de referência que guiarão o estudo econômico, cujo objetivo era permitir a celebração de um Acordo de Alcance Parcial ou de um Acordo de Livre Comércio entre as partes, foi realizada em maio de 2005, no Paraguai. No momento, espera-se que, no próximo mês de maio, seja possível avaliarem-se os resultados finais do estudo de viabilidade, para que a Coréia do Sul e o Mercosul possam definir a conveniência de negociar um acordo.

Quanto às relações comerciais entre ambos, verifica-se que, no período compreendido entre 2001 e 2003, a Coréia foi o sócio comercial número 14 do Mercosul. Nesse mesmo período, os principais produtos importados pelo Mercosul da Coréia foram: pneumáticos, têxteis, máquinas, circuitos integrados e veículos, dentre outros. Os principais produtos exportados, por sua vez, são: o milho e seus derivados, os sucos e os minérios e suas manufaturas.

Nos dias 16 e 17 de março, no Peru, o Ministro coreano reuniu-se com o Ministro de Assuntos Exteriores do Peru, Oscar Maútua. Neste encontro, segundo o comunicado da Coréia do Sul, ambos os Ministros trocaram opiniões sobre as opções que possuem no plano das relações bilaterais: a promoção do comércio e dos investimentos, cooperação nos campos de recursos, informação, comunicação, ciência e tecnologia, além da ampliação dos intercâmbios culturais e nas artes.

Entre 2002 e 2004, a Coréia do Sul foi o sócio número 15 do Peru. Os principais produtos exportados pelo Peru para a Coréia, entre 2001 a 2003, foram: pescados, café, farinha, minerais e cobre. Dentre os principais produtos importados, por sua vez, encontram-se os plásticos e seus derivados, têxteis, tecidos e veículos.

Reportagem de ICTSD e CINPE. Tradução da DireitoGV.

Fontes consultadas:

Ministério dos Assuntos Exteriores e Comércio da Coréia. Resultados da visita oficial do Ministro ao Peru. 21 de março de 2006. Disponível em <http://www.mofat.go.kr/me/me_a004/me_b014/1200312_999.html>. Acesso em 22 de março de 2006.

Ministério dos Assuntos Exteriores e Comércio da Coréia. Resultados do 3º Encontro para Consultas Políticas de Alto-Nível entre Coréia e Argentina. 17 de março de 2006. Disponível em <http://www.mofat.go.kr/me/me_a004/me_b014/1200311_999.html>. Acesso em 22 de março de 2006.

Ministério dos Assuntos Exteriores e Comércio da Coréia. Resultados do primeiro encontro para um estudo conjunto sobre acordo de comércio com o Mercosul. 16 de maio de 2005. Disponível em <http://www.mofat.go.kr/me/me_a002/me_b005/1181318_973.html>. Acesso 22 de março de 2006.

PeopleDaily. Coréia do Sul e Mercosul buscam acordo comercial. 7 de março de 2006. Disponível em <<http://spanish.peopledaily.com.cn/31620/4172358.htm>>. Acesso em 16 de março de 2006.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça

Consultar:

<http://www.wto.org/english/news_e/meets.pdf>.

3 a 7 de Abril

Semana de negociações sobre serviços

4 de Abril

Reunião do Comitê para Acesso a Mercados

5 a 7 de Abril

Reunião do Grupo de Negociação para Facilitação do Comércio

7 de Abril

Sessão especial do Comitê para o Comércio e Desenvolvimento

Sessão especial do Conselho para o Comércio de Serviços

10 de Abril
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias
Reunião do Grupo de Trabalho sobre regras do GATS
Reunião do Comitê para compromissos específicos

11 de Abril
Reunião do Comitê para Comércio de Serviços
Financeiros
Reunião do Conselho para Comércio de Serviços
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida
e Finanças

18 de Abril
Reunião do Grupo de Negociação em Acesso a
Mercados

18 a 21 de Abril
Semana de negociações sobre NAMA
Semana de negociações sobre agricultura

19 de Abril
Sessão do Órgão de Revisão das Políticas Comerciais
- China

20 a 21 de Abril
Reunião do Comitê de contexto integrado de direção

ONU

Departamento da ONU para Assuntos Econômicos e
Sociais (UNDESA)

3 a 7 de Abril
39ª Sessão da Comissão sobre População e
Desenvolvimento
Local: Nova Iorque, EUA.
Informações: zlotnik@un.org; e
<<http://www.un.org/esa/population/cpd/comm2006.htm>
>.

7 a 8 de Abril
Workshop sobre mudança climática e desenvolvimento
sustentável - organizado em parceria com o Instituto de
Pesquisa Energética (TERI, sigla em inglês) da Índia.
Local: Nova Délhi, Índia.
Informações:
<[http://www.un.org/esa/sustdev/sdissues/climate_chnge/climateChange_inter.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/sdissues/climate_change/climateChange_inter.htm)>.

OMPI

5 de Abril
Seminário sobre o Sistema de Haia de Registro
Internacional de Designs Industriais
Local: Genebra, Suíça.
Informações:

<http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=10265>.

6 a 7 de Abril
Seminário sobre o Sistema de Madrid de Registro
Internacional de Marcas
Local: Genebra, Suíça.
Informações:
<http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=10182>.

7 de Abril
Primeira rodada de consultas informações sobre um
mecanismo de participação dos países-membros na
preparação e atualização do programa e do orçamento
da organização
Local: Genebra, Suíça.
Informações:
<http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=10023>.

10 a 12 de Abril
Sessão Informal do Comitê Permanente para o direito
de patentes
Local: Genebra, Suíça.
Informações:
<http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=9962>.

UNCITRAL

3 a 13 de Abril
17ª Sessão do Grupo de Trabalho n.3
Local: Nova Iorque, EUA.
Informações:
<http://www.uncitral.org/uncitral/en/commission/working_groups/3Transport.html>.

UNCTAD

20 de Abril
38ª Sessão executiva do órgão para o comércio e
desenvolvimento
Local: Genebra, Suíça.
Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/Meeting.asp?intItemID=1942&lang=1&m=11152&year=2000onth=4>>.

Outros Fóruns Multilaterais

Banco Mundial

13 de Abril
Seminário sobre tecnologias de comunicação e de
informação para comunidades rurais, indígenas e

outras comunidades desfavorecidas - organizado pelo Banco Mundial

Local: Washington, EUA.

Informações:

<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:20871307~menuPK:34482~pagePK:34370~piPK:34425~theSitePK:4607,00.html>>.

Convenção da Basiléia sobre Transporte Transfronteiriço de Materiais Perigosos e sua Disposição

3 a 7 de Abril

5ª Sessão do Grupo de Trabalho da Convenção da Basiléia sobre transporte transfronteiriço de materiais perigosos e sua disposição

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<<http://www.basel.int/meetings/oewg/oewg5/docs/r01e.doc>>.

8 a 9 de Abril

4ª Sessão do Comitê de Implementação da Convenção da Basiléia

Local: Genebra, Suíça.

Informações: <<http://www.basel.int/>>

Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas

10 a 13 de Abril

34º Encontro do Comitê permanente da Convenção Ramsar sobre zonas úmidas

Local: Gland, Suíça.

Informações: ramsar@ramsar.org; e

<http://www.ramsar.org/sc/34/key_sc34_doc01_e.htm>.

Protocolo de Montreal relativo às Substâncias que Deterioram a Camada de Ozônio

3 a 7 de Abril

48ª Sessão do Comitê Executivo para o fundo multilateral para implementação do Protocolo de Montreal

Local: Montreal, Canadá.

Informações: secretariat@unmfs.org; e

<http://www.multilateralfund.org/48th_meeting_of_the_executive_.htm>.

Fóruns Regionais

Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP)

Local: Bruxelas, Bélgica.

Consultar:

<http://www.acpsec.org/en/agenda/programme_april06.pdf>.

4 de Abril

Reunião do Grupo Consultivo sobre açúcar com a União Europeia (UE)

5 de Abril

Reunião Grupo de Trabalho ACP- UE sobre bananas

6 de Abril

Reunião do Grupo de Trabalho sobre têxteis

19 a 21 de Abril

2º Fórum ACP - sociedade civil

OCDE

4 de Abril

Reunião dos ministros de desenvolvimento e meio-ambiente da OCDE

Local: Paris, França.

Informações: <www.oecd.org/epocdacmin2006>.

Mercosul

Local: Buenos Aires, Argentina.

Consultar:

<<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.htm>>.

5 de Abril

6ª Reunião de alto nível Mercosul - Japão

5 a 7 de Abril

83ª Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul

5 a 7 de Abril

26ª Reunião do Grupo de Trabalho n.7 sobre indústria

17 a 18 de Abril

Reunião do Grupo ad-hoc sobre bens e serviços (a confirmar)

17 a 18 de Abril

Reunião de coordenação do Grupo ad-hoc para Venezuela (a confirmar)

17 a 19 de Abril

Reunião do Comitê para defesa comercial e salvaguardas (a confirmar)

18 a 19 de Abril

Reunião do sub-grupo de trabalho n.9 sobre energia
Local: Buenos Aires, Argentina.

18 a 20 de Abril
62ª Reunião ordinária do Grupo de Mercado Comum (a confirmar)

19 a 21 de Abril
Reunião do sub-grupo de trabalho n.6 sobre meio-ambiente

Outros

4 de Abril
Transformando as regras do comércio? Antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias - organizado pela Rede para OMC, comércio e desenvolvimento.
Local: Copenhague, Dinamarca.
Informações: mje@diis.dk

5 a 7 de Abril
Conferência e celebração do 10º aniversário da OMC - organizado pela Universidade de Columbia
Local: Nova Iorque, EUA.
Informações: <<http://www.sipa.columbia.edu/wto/>>.

5 a 8 de Abril
5º Congresso Latino-americano de Educação Ambiental
Local: Joinville, Brasil.
Informações:
<http://www.5iberoea.org.br/index.php?secao=secoes.php&sc=1&sub=MA==&url=pg_noticias.php>.

6 a 8 de Abril
12ª Conferência anual internacional sobre pesquisa em desenvolvimento sustentável - organizado pelo Centro de planejamento urbano e de administração ambiental
Local: Hong Kong, China.
Informações: sdconf06@hku.hk; e
<<http://www.hku.hk/sdconf06>>.

9 a 12 de Abril
Convenção Internacional anual da Organização para Biotecnologia Industrial
Local: Chicago, EUA.
Informações:
<<http://www.bio.org/events/2006/%20and>>.

10 a 11 de Abril
Encontro de especialistas sobre gripe aviária - organizado em conjunto pelo PNUMA e pela Convenção sobre Espécies Migratórias
Local: Nairóbi, Quênia.
Informações: pdeda@cms.int; e
<<http://www.cms.int/news/PRESS/nwPR2006/AvianFLu.pdf>>.

10 a 12 de Abril
Conferência caribenha sobre clima
Local: Montego Bay, Jamaica.
Informações: <<http://www.c3conference.org>>.

11 a 12 de Abril
Conferência Internacional sobre o combate à desertificação, à fome e à pobreza - organizado pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação
Local: Genebra, Suíça.
Informações:
<http://www.sfiar.ch/documents/desertification_e.pdf>.

14 de Abril
Estudos sobre o impacto dos acordos comerciais sobre o desenvolvimento sustentável
Local: Paris, França.
Informações: berest@gret.org

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Oportunidades

O Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) selecionará pessoas para integrarem seus grupos de trabalhos, tais como os referentes a metodologia e a reflorestamento. Os interessados devem se cadastrar no seguinte site, até 12 de Abril: <<http://cdm.unfccc.int/>>. Para maiores informações sobre as vagas abertas e o processo de seleção, consultar:

<http://cdm.unfccc.int/public_inputs/calls_eb23.html>.

O Comitê de Supervisão do Mecanismo de Implementação Conjunta (JISC, sigla em inglês) criou um grupo de trabalho sobre autorização de projetos e seleciona especialistas para participarem. As candidaturas deverão ser apresentadas até o dia 27 de abril. Maiores informações estão disponíveis em <http://ji.unfccc.int/Panel_WG/CallExperts.html>.

Entre os dias 19 e 20 de maio deste ano, ocorrerá, em Buenos Aires, a 10ª Conferência da Associação da América Latina e Caribe para o Direito e a Economia. Os trabalhos deverão versar sobre a análise econômica do direito ou sobre direito e desenvolvimento e deverão ser entregues até o dia 15 de Abril. Para maiores informações, consultar <www.utdt.edu/~alacde> ou <<http://www.utdt.edu/%7Ealacde>>.

Divulgação de estudos e relatórios

A Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional publicou estudo a respeito do valor gasto do governo americano com ajuda externa aos países em desenvolvimento. Segundo o relatório, este valor, em 2005, chegou a US\$ 27,5 bilhões, contra US\$ 19,7 bilhões em 2004, dos quais US\$ 10,2 bilhões foram destinados ao Iraque. Para ter acesso aos números apresentados no estudo, acesse <http://www.cgdev.org/doc/blog/USODA2001-05.pdf>.

Para maiores informações sobre ajuda externa fornecida pelos países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), consulte http://www.oecd.org/department/0,2688,en_2649_33721_1_1_1_1_1,00.html.

Conforme divulgado pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, o Brasil subiu para o quinto lugar, no ranking mundial de florestas certificadas, ficando atrás somente de Suécia, Polônia, Estados Unidos e Canadá. Além disso, em 2005, o Brasil foi o país que mais avançou na área de certificação de florestas. Segundo dados da Associação dos Produtores Florestais Certificados da Amazônia (PFCA), o Brasil ocupa 44,2% das áreas certificadas na América Latina, com 3,5 milhões de hectares em 17 Estados. A certificação florestal é concedida às empresas que atuam na extração de madeira florestal com a utilização de técnicas de baixo impacto ambiental. Para maiores informações sobre a certificação de florestas e o sobre o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, consulte www.fsc.org e <http://www.fsc.org.br/>.

FIQUE DE OLHO!

OMC

Entre os dias 14 e 17 de março, foram apresentados 3 pedidos de consultas à OMC, referentes aos seguintes casos: Canadá - direitos compensatórios aplicados pelo Canadá ao milho em grãos procedente dos Estados Unidos (WTO/DS338); Comunidades Europeias - Medida antidumping sobre a salmão procedente da Noruega (WTO/DS337); e Japão - Direitos compensatórios sobre memórias dinâmicas de acesso aleatório procedentes da Coreia (WTO/DS336). Informações sobre estes 3 casos podem ser acessadas, respectivamente em:

http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds338_e.htm;

http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds337_e.htm;

http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds336_e.htm.

No dia 24 de março, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) adotou os relatórios do Painel e do Órgão de Apelação no caso México - Medidas fiscais sobre refrescos e outras bebidas (WTO/DS308). Para ter acesso à decisão do OSC, consulte: http://www.wto.org/english/news_e/news06_e/dsb_24_march06_e.htm.

Em março, o Vietnã praticamente concluiu a fase de acordos bilaterais necessários para sua acessão à OMC. Agora, resta apenas concluir os acordos com EUA e México. Além disso, aprovou mais de 20 leis desde junho de 2005, com vistas a adequar sua legislação interna às normas da OMC. Com isso, um relatório revisado do grupo de trabalho que cuida do acesso do Vietnã à OMC deverá ser preparado nas próximas semanas. Para maiores informações sobre os avanços no ingresso deste país na OMC, consulte http://www.wto.org/english/news_e/news06_e/acc_vietnam_27march06_e.htm.

Entre os dias 31 de março e 01 de abril, foi realizada, no Rio de Janeiro, uma reunião que contou com a presença de alguns Membros e do Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, com o intuito de destravar as negociações da Rodada Doha. Ao fim dos dois dias de negociação, foi divulgado que os Membros presentes (dentre os quais, Brasil, EUA e CE), não conseguiram chegar a um acordo nos temas mais controversos. As negociações da Rodada Doha podem ser acompanhadas em <http://www.wto.org>.

No dia 3 de abril, foi divulgado o relatório do Painel no caso Estados Unidos - determinação definitiva da existência de dumping relativo a madeira de coníferas procedente do Canadá (WTO/DS264). Para ter acesso ao informe, consulte: http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/264rw-0_e.doc. Para maiores informações sobre o caso, acesse http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds264_e.htm.

Mercosul e América Latina

No dia 29 de março, durante reunião extraordinária dos Ministros do Meio-ambiente dos Países-membros do Mercosul que aconteceu no âmbito da COP-8, em Curitiba, foi lançada a Estratégia de Biodiversidade do Mercosul. O objetivo dessa estratégia é integrar as políticas e legislações do bloco na área ambiental e desenvolver atividades conjuntas em ecossistemas compartilhados, tais como a Bacia do Prata e a Planície do Chaco. A estratégia inclui, ainda, um

acordo para o desenvolvimento de uma política de gestão integrada de resíduos especiais, tais como pilhas, baterias e equipamentos médico-hospitalares.

Brasil

O Conselho Nacional de Meio-Ambiente (CONAMA) aprovou, no dia 17 de março, uma resolução em que define as regras para o recolhimento e a repartição dos recursos oriundos da compensação ambiental. A compensação ambiental foi instituída pela Lei 9985/2000 e consiste no investimento obrigatório em Unidades de Conservação (UCs) por parte de empreendedores cuja atividade gere impactos ambientais significativos. Isso seria uma forma de compensação dos danos causados. Atualmente, o percentual de compensação ambiental é de 0,5% do custo total de implementação do empreendimento.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

